

# Enciclopédia Einaudi

volume 29

Tempo/temporalidade

## ÍNDICE

- 11 Tempo/temporalidade (K. Pomian)
- 92 Génese (K. Pomian)
- 103 Ciclo (K. Pomian)
- 164 Periodização (K. Pomian)
- 214 Evento (K. Pomian)
- 236 Catástrofes (K. Pomian)
  
- 253 Plano da obra
- 254 Gráfico

## NOTA DO EDITOR

Na sua versão original, esta *Enciclopédia* dispõe-se alfabeticamente, de «Ábaco» até «Zero», num total de 551 entradas em 14 volumes. A *Enciclopédia* foi porém concebida tematicamente, na forma de 79 conjuntos de entradas. No fim de cada um dos volumes da presente edição, o leitor encontrará o gráfico da obra, tal como ela se distribui pelos conjuntos temáticos: os conceitos sublinhados — chamados *portanti* na edição italiana, quer dizer, «portadores» do conjunto — correspondem aos títulos dos nossos volumes. Com efeito, na edição portuguesa os conjuntos foram reagrupados, segundo um critério de proximidade conceptual, num *corpus* de 41 volumes. Seguir-se-lhe-ão dois outros que correspondem ao vol. 15 da edição italiana (*Sistemática*). Neles se apuram as correlações internas e as grandes linhas de fundo da *Enciclopédia*.

Após cada artigo, um pequeno texto, da responsabilidade da redacção da *Enciclopédia*, demarca a problemática global respectiva, nesse texto, as palavras em itálico são designações de outras entradas da obra. Todos os artigos propõem assim itinerários de leitura — diferentes em cada caso — através do *corpus*. Não se trata, naturalmente, de recomendações rígidas de leitura mas tão-só de indicações, que sugerem ao mesmo tempo os encadeamentos na base da *Enciclopédia*, e convidam também o leitor a construir os seus próprios percursos. A circulação dos conceitos está ainda assinalada por um sistema de referências cruzadas dentro das próprias entradas.

Os nomes de autores que figuram no texto dos artigos entre parênteses rectos, assim como as datas entre parênteses rectos que se seguem aos nomes dos autores, reenviam aos dados bibliográficos completos no fim de cada entrada. São indicadas as traduções portuguesas existentes. Estes dados bibliográficos referem-se unicamente às obras citadas ou mencionadas no corpo dos artigos: não são de modo algum bibliografias. Os títulos das obras em italiano, francês, inglês, espanhol, citadas no corpo dos artigos, são indicados na língua original. Quanto às obras em alemão, russo, árabe, chinês, etc., menciona-se no texto do artigo o título em português, seguido pelo título original entre parênteses curvos, se não se reenvia aos dados bibliográficos; se porém tal reenvio é feito, o título original achar-se-á nesses dados. No que se refere aos clássicos gregos e latinos limitamo--nos a dar o título em português no corpo do artigo, com as indicações necessárias para identificar os passos citados. As palavras em hebreu, grego, árabe, etc., foram transliteradas.

As datas entre parênteses rectos nos dados bibliográficos são as da composição da obra ou representam uma referência cronológica diversa da 1.<sup>a</sup> edição (que figura, com indicação do autor e do lugar de publicação, depois do título), por exemplo no caso das obras póstumas.

## TEMPO/TEMPORALIDADE

1. Relógios vivos, já que alguns dos nossos estados somáticos variam com uma periodicidade circadiana de origem endógena [Reinberg 1974; 1976], em circunstâncias normais, nós orientamo-nos, porém, de preferência, pelos eventos externos, cujo número e complexidade influenciam fortemente, ou mesmo determinam — os psicólogos estão muito divididos acerca deste ponto [cf. por exemplo Ornstein 1969; Pöppel 1971] —, o comprimento atribuído a intervalos temporais na ausência de indicações fornecidas pelos relógios artificiais ou pelos fenómenos naturais de conhecida duração. A definição da ligação entre estas duas variáveis e a avaliação do comprimento dos intervalos temporais é também objecto de controvérsia. Segundo Ornstein [1969], um dado intervalo parece, *ceteris paribus*, tanto mais longo quanto maiores forem o número e a complexidade dos eventos que o preenchem, com a reserva de que, a partir dum nível máximo, o aumento da complexidade actua em sentido inverso. Segundo Doob [1971, p. 115; e cf. a sua crítica de Ornstein, pp. 127-29], um intervalo vazio ou superpovoado parece longo, e então o tempo passa devagar; em contrapartida, parece curto, e o tempo passa depressa, quando se vêem produzir-se nele alguns eventos, mas nem muitos nem muito poucos. Apesar da sua divergência, estes resultados permitem concluir que, para diversos indivíduos, e para o mesmo indivíduo em condições diversas, os minutos, as horas e os dias, metricamente idênticos, não são de facto iguais uns aos outros porque os comprimentos que lhes são subjectivamente conferidos não coincidem. O nosso presente quotidiano — um presente longo, que difere do «presente psicológico» durante o qual consideramos que percebemos como simultâneos eventos na realidade sucessivos, contanto que não sejam nem muito numerosos nem muito intervalados ou díspares, e que se consideram compreendidos ora entre 0,15 e 5 segundos [Fraisse 1967, pp. 96-99] ora entre 4 e 7 segundos [Pöppel 1971] — revela-se, pois, composto por intervalos heterogêneos e não comparáveis, cada um dos quais depende, até pelo seu comprimento, do número e da complexidade dos eventos percebidos. Este presente, o único apreendido por cada indivíduo no decurso da sua actividade normal e depois conservado na memória, cabe, pois, num tempo qualitativo.

Tal presente, tal passado. «Se me debruço sobre o meu passado, as recordações não se alinham com regularidade. Há, neste olhar retrospectivo, nós formados pelos eventos cruciais: uma morte, um bom êxito num concurso,

uma guerra, que quebram a continuidade e desempenham a função dos planos nas perspectivas espaciais; situamos os eventos conforme precedem ou seguem estas cesuras da nossa existência. A distância entre estes dois planos também não é homogênea: alguns períodos parecem-nos mais longos, outros mais curtos, embora nós *saibamos* que, à escala do calendário, tiveram igual duração. Há muito que foi observado que esta duração relativa depende do número das recordações: um período parece-nos retrospectivamente tanto mais longo quanto mais rico em recordações» [Fraisie 1967, p. 175]. Tudo isto é igualmente válido para o passado da família, às vezes muito alargada, acerca do qual os nossos pais nos informam contando-nos as suas recordações — e as dos seus pais, de que se tornaram depositários —, comentando os objectos que, provavelmente, tiveram relações com este ou aquele antepassado, repetindo narrações, anedotas e histórias. Substancialmente conhecido através da transmissão oral, o passado familiar, ainda que longuíssimo, é o mais das vezes escondido, não pelos anos, mas pelas gerações: o que o subdivide em intervalos desiguais e heterogêneos, organizados em torno de eventos ou personagens memoráveis, cuja gesta, evocada por nomes próprios, lugares, relíquias, ressuscita durante as festas familiares: aniversários, casamentos, cerimónias laicas ou religiosas reservadas aos parentes próximos [cf. Halbwachs 1925, ed. 1952 pp. 146 segs.]. Entre estas últimas cabe um papel particularmente importante àquela cerimónia familiar por excelência que é, entre nós, o dia dos mortos: o seu culto, «tornado hoje a única manifestação religiosa comum aos não-crentes e aos crentes de todas as confissões» [Ariès 1966, trad. it. p. 178], é, com efeito, uma homenagem prestada à família pelos seus membros, uma homenagem que ultrapassa o indivíduo, radicando-o no passado e prolongando-o no futuro. Memória dos nomes, às vezes mesmo das dignidades e dos títulos, sempre das datas de nascimento e da morte dos pais, a inscrição funerária junto da qual são depositadas flores ou se acendem velas resume as vicissitudes da família, torna visível a sucessão das gerações e relaciona-a com a cronologia pública, ou mesmo com a história nacional. Deste modo ela ilustra a passagem do tempo e lembra aos indivíduos que após a sua morte eles permanecem na memória dos outros.

Sempre presente, mas o mais das vezes de maneira latente, o nosso passado pessoal e familiar só ressurge e prende a atenção em raros momentos, mais ou menos excepcionais e mais ou menos solenes. Em compensação, o nosso futuro, objecto de preocupação, de projectos, antecipações, expectativas, esperanças ou angústias, intervém correntemente no presente, ou melhor: constitui uma sua componente, dado que, na sua grande maioria, as actividades de hoje só podem dar frutos amanhã, ou mesmo ainda mais tarde. O grau de subordinação do presente ao futuro varia indubiamente segundo categorias sociais: «O operário pago ao dia não tem os mesmos comportamentos temporais que o membro duma classe média pago ao mês, ou do *rentier* que recebe anualmente os seus dividendos ou as suas rendas» [Fraisie 1967, p. 185]. Analogamente, a extensão dos projectos para o futuro varia segundo as classes etárias: é mais marcada entre os 26 e os 35 anos e

entre os 46 e os 55; praticamente independente do sexo, é uma contrapartida manifestamente tributária do nível sociocultural: quanto mais elevado for este, mais longínquo é o futuro, mesmo nas pessoas de idade avançada [Leroux 1977]. Dito isto, à excepção daquilo que às vezes se chama o «quarto mundo», de que uma das características é justamente a impossibilidade de pensar no futuro, à excepção também de certos doentes mentais e, talvez, dos delinquentes [cf. Fraisse 1967, pp. 195 segs.; Doob 1971, pp. 273 segs.; Nuttin 1977], age-se de tal modo que o futuro seja melhor que o presente. Vamos à escola para passar de classe e para obter um diploma. Orientamo-nos para esta ou aquela profissão, e fundamos na condição adquirida projectos ora modestos ora ambiciosos, ora utópicos ora realistas. Há um período durante o qual pensamos no casamento, depois nos filhos, nos seus estudos, nas suas ocupações, no seu casamento, nos seus filhos. Compramos a crédito apartamentos, automóveis, móveis e outros artigos de consumo duradouros, depositamos dinheiro em caixas de poupança ou em bancos, investimo-lo em acções ou em objectos que consideramos que se valorizarão, pensamos em assegurar uma pensão e em dispor da nossa fortuna no caso de morrermos. Tudo isto, para não falar de inúmeros projectos a curto prazo, absorve os nossos pensamentos e influencia a nossa conduta. Neste sentido, «a nossa vida está essencialmente orientada para o futuro» [Minkowski, citado in Fraisse 1967, p. 195].

Relativo a uma perspectiva temporal individual [Nuttin 1977], inseparável dos eventos percebidos, das recordações vindas à superfície da memória, das expectativas traduzidas em pensamentos, em actos e em palavras, composto de intervalos desiguais e heterogéneos tanto no presente como no passado e no futuro, colorido, além disso, por estados afectivos e, portanto, sob esse aspecto muito variáveis, o tempo psicológico é um tempo qualitativo. É também um tempo orientado, dotado duma direcção determinada e dividido em fases ou períodos que se sucedem segundo uma ordem imutável: primeira infância, infância, adolescência, juventude, maturidade, velhice. A partir duma certa idade, cada qual está consciente de que tal ordenamento e sucessão de períodos não pode ser modificada, e cada qual sabe tacitamente, sem mesmo pensar, que envelhece, que acumula um número crescente de recordações e de esquecimentos, sabe que o seu futuro pessoal encurta e que não pode remediar este facto: não há regresso ao passado, a não ser em sonhos, cada «agora», cada «instante», desaparece para sempre dando lugar a outro, o qual por sua vez desaparecerá. O tempo psicológico é irreversível e finito: compreendido entre o nascimento e a morte, na qual geralmente só pensamos a espaços, nos momentos em que sentimos particularmente a nossa vulnerabilidade, mas que no entanto se mantém insidiosamente presente no horizonte de todas as nossas antecipações, de todos os nossos projectos.

Ao «cada um por si» do tempo psicológico, do qual, para sermos exactos, só devíamos falar no plural, os tempos colectivos opõem, na ordem esparsa, o seu «um por todos». Assim, há um Sol para todos os habitantes dum dado território, os quais, ainda que não organizem as suas actividades quotidianas em função do seu despontar e do seu ocaso, reagem maciçamente às variações

sazonais da temperatura, das precipitações, da iluminação, imprimindo às nossas sociedades uma dupla morfologia: concentradas nas cidades nos períodos de trabalho, elas espalham-se pelas montanhas durante as férias de Inverno e, em medida muito maior, nas praias durante as férias estivais [cf. Mauss 1904-905]. Num país como a França, se bem que mais de metade da população não tire férias, a produção industrial desce, em Agosto, 40 por cento relativamente à média anual, fenómeno aliás excepcional, dado que no resto da Europa Ocidental só desce no mesmo mês entre 5 a 20 por cento, mantendo-se constante nos Estados Unidos, na URSS e no Japão [Le Vert 1972, p. 67].

Um calendário litúrgico para todos os adeptos duma religião: no caso dos católicos, por exemplo, ele define as grandes festas que se sucedem ao longo do ano: Epifania, Quarta-Feira de Cinzas, Anunciação, Domingo de Ramos, Páscoa, Ascensão, Pentecostes, Corpo de Deus, Assunção, Todos-os-Santos, Natal. Define ainda os períodos particularmente carregados de sacralidade e durante os quais os crentes devem impor a si próprios privações excepcionais: o Advento, preparação intensa à celebração do nascimento de Cristo e, antes do tríduo pascal que faz reviver, como se se verificasse mais uma vez, a sua morte e ressurreição, a Quaresma com abstinência e jejum; e finalmente define os dias que, não sendo festas de toda a Igreja, se revestem de particular significado para este ou aquele grupo de fiéis, por ocasião dos aniversários da morte dos seus santos padroeiros [cf. Nocent 1975-77].

Um calendário político para todos os cidadãos dum estado, que estabelece o início do ano civil e de outros tipos de ano (em particular o ano ou exercício financeiro), que não coincidem necessariamente; e também do ano escolar, variável segundo os países, mas sobretudo mais breve que o ano civil, e do ano universitário, muitas vezes ainda mais breve; que estabelece a lista dos dias festivos com a sua subclasse particular, as festas legais: feriados religiosos reconhecidos pelo Estado e feriados ideológicos, tanto o chamado nacional — ainda que, de facto, comemore as origens do estado na sua forma actual, o aniversário da vitória de 1945 ou do armistício de 1918 — como, enfim, o 1.º de Maio, estatizado em vários países europeus; que prevê outros eventos importantes do ano: as sessões do parlamento, as eleições, as exposições internacionais ou as grandes feiras, as manifestações culturais ou desportivas; por outro lado, certos anos, diferentes de país para país, constituem ocasião de festividades excepcionais destinadas a reavivar a recordação dum facto capital que atingiu o seu centenário ou pluricentenário.

Para concluir esta rápida descrição, a estrutura aparentemente simples de um ano resulta da sobreposição de três movimentos periódicos: variações sazonais de origem solar, alternância de períodos e dias átonos e de períodos e dias fortemente marcados pela religião, oscilações da presença visível e audível da ideologia e da política. Como cada um destes três movimentos é independente dos outros, o ano solar compreendido entre dois retornos do mesmo solstício não coincide com o ano civil que começa no 1.º de Janeiro, e o ano eclesiástico, que começa no primeiro domingo do Advento, não coincide nem com este nem com aquele; além disso, a divergência entre o ano

eclesiástico e o ano civil torna absurda a sucessão das festas religiosas no quadro deste último: com efeito, ele encerra com a comemoração do nascimento de Cristo, que antes o devia inaugurar. Os três anos e o ano que deles resulta subdividem-se em intervalos de comprimento variável: estações, no caso do ano solar, e meses, no caso do ano civil; são subdivisões que não coincidem nem entre elas nem com aquela que distingue, no interior do ano eclesiástico, dois períodos: um, ocupado por festas religiosas, que vai do Natal ao Pentecostes, e o outro, de carácter mais profano [cf. *ibid.*]. Inseparáveis pelo seu conteúdo (pelo que, ainda quando metricamente idênticos, são vistos como heterogéneos), relativos de resto aos diversos países, estes intervalos mostram bem que os tempos colectivos — solar, religioso, político — são, justamente como o tempo psicológico, tempos qualitativos.

Isto não impede que sejam diversos sob outros aspectos. O tempo solar é simplesmente cíclico: nunca inteiramente iguais, as estações e os dias, que se repetem, são sempre muito semelhantes aos dos anos passados; uma Primavera, ainda que a mais fria e mais húmida de que há memória, é no entanto uma Primavera. Já o tempo litúrgico é linear e orientado. A um olhar exterior e superficial, este facto é mascarado pelo retorno das mesmas festas todos os anos. Mas conhecendo um pouquinho o seu conteúdo, torna-se claro que, do Natal à Assunção, estamos perante a projecção no ano solar de uma sucessão de eventos que constitui uma progressão. No seu centro está a vida de Cristo ou, mais exactamente, a sua vida terrena, concluída, não pela morte e ressurreição, mas pela Ascensão; emoldura-a a vida da Virgem, concluída com a Assunção, enquanto as vidas dos apóstolos e a história da comunidade eclesiástica formam o seu prolongamento. O tempo litúrgico é, pois, linear e orientado como o tempo psicológico, embora em direcção diferente: não simplesmente do nascimento à morte, mas do nascimento cá na Terra, através da morte carnal, para a vida eterna no Além. Este tempo orienta-se também noutro sentido: é o nascimento de Cristo que serve de data inicial para o cômputo dos anos, uma vez que abre uma época na história do mundo. A partir deste evento, como de todos os que compõem a história sagrada, estando excluída do ponto de vista do crente toda a repetição que não seja simbólica, uma vez que tais eventos se consideram situados, não no passado, mas numa espécie de presente atemporal e tornam a actualizar-se durante a celebração litúrgica, o tempo religioso é, como o tempo psicológico, irreversível. Em contrapartida, é difícil caracterizá-lo de modo unívoco como finito ou como infinito. Por um lado, com efeito, as datas parecem estender-se sem limite algum antes e depois do ano-charneira; por outro lado, fala-se da criação do mundo e do juízo universal que virá a concluir a sua história, mas sem situar cronologicamente estes eventos. A finitude do tempo psicológico é um facto empírico; a finitude do tempo religioso é efeito do discurso que promete a eternidade aos fiéis e que estabelece a duração definida do mundo, determinada, mas de tudo desconhecida dos homens, em contraste com a duração, positivamente infinita, de Deus.

Relativamente ao tempo político, nota-se em primeiro lugar que comporta elementos cíclicos: certos eventos repetem-se periodicamente todos os anos,

como o início e o fim dos anos escolares e financeiros, ou com intervalos mais longos, de quatro em quatro anos como os jogos olímpicos, por exemplo, e como as eleições em muitos países, de cinco em cinco anos como certos planos económicos, de sete em sete anos como as eleições presidenciais em França. Mas também estes eventos repetitivos se inscrevem numa história linear e orientada: os jogos olímpicos, na história dos *records* estabelecidos e lembrados a cada nova manifestação para mostrar como se corre cada vez mais depressa, como se salta cada vez mais alto, como se arremessa cada vez mais longe; as eleições, na história de cada país, que por um lado invoca o passado para mostrar os progressos alcançados ao longo do mandato agora chegado ao fim, e por outro se volta para o futuro para anunciar os que serão realizados. Os aniversários do Estado e outros feriados oficiais servem para celebrar os sucessos alcançados ao longo do ano decorrido e que, somando-se aos do passado, pressagiam outros novos para o futuro próximo. Linear e orientado, embora comportando elementos cíclicos, o tempo político é também ele irreversível: não haverá outra guerra da independência dos Estados Unidos, nem outra tomada da Bastilha ou do Palácio de Inverno; as revoluções só são concebíveis no passado: rupturas fundadoras, a partir das quais se entra, embora com muitas convulsões, no reino do contínuo. Enfim, o tempo político abre-se para o futuro infinito. Para bem apreender esta dimensão temos, contudo, de recorrer a um instrumento que permita impor um mesmo tempo a uma colectividade, e particularmente a todos quantos vivem dentro das fronteiras de um Estado, com uma eficácia incomparavelmente maior que o Sol, que o calendário litúrgico, que o calendário político, ou mesmo que os três juntos.

Se um dia todos os relógios se recusassem a obedecer, a nossa sociedade afundar-se-ia por completo. Os transportes ferroviários e aéreos parariam catastroficamente, pois não podem funcionar a não ser respeitando horários bem precisos. A indústria, igualmente submetida a horários, teria dificuldade em manter-se em actividade, quanto mais não fosse pelos inevitáveis atrasos do pessoal, e isso seria de todo impossível para as grandes empresas, nas quais diversas operações devem estar minuciosamente sincronizadas para conduzir ao resultado final. Por outro lado, a rede de distribuição de energia eléctrica sofreria certamente um colapso, pois, para assegurar o seu normal funcionamento, é preciso proceder a descongestionamentos nos momentos de ponta e desactivar algumas centrais nos períodos de menor procura; tudo coisas inexecutáveis com a necessária precisão, não havendo relógios exactos e estáveis. O sistema das comunicações ficaria profundamente desorganizado, e assim também os meios de comunicação de massa, incapazes de seguir os seus programas, os serviços, o ensino, a polícia, as alfândegas. Para não falar de todas as reuniões adiadas ou anuladas, de todo o trabalho administrativo perturbado, de todas as refeições queimadas por impossibilidade da dona de casa de seguir as receitas. Estes poucos exemplos bastam para recordar que a nossa sociedade se reproduz diariamente graças a actividades inúmeras, cuja ordenação, às vezes subtilíssima, só é possível porque os vários poderes públicos impõem a todos um tempo não meramente qualitativo mas

também, ou mesmo principalmente, quantitativo: medido e anunciado pelos relógios.

Sob diversas formas, estes estão constantemente presentes na nossa vida. A rádio dá várias vezes ao dia a hora exacta nos minutos e segundos. Numa grande cidade vêem-se centenas de relógios: nas estações, nos aeroportos, nos edifícios públicos, nas montras das lojas, nas repartições dos correios, à esquina das ruas. Aparecem ainda nas fábricas, onde, de resto, o começo e o fim dos dias de trabalho ou as pausas são às vezes indicados por sinais sonoros; as escolas usam por tradição uma campainha para anunciar o princípio e o fim das aulas. E não é tudo, uma vez que quase todos nós temos em casa despertadores ou relógios de pêndulo. Além disso, a julgar pelos resultados duma sondagem realizada por Louis Harris-France para o Centre d'information de l'horlogerie entre o dia 12 e o dia 17 de Dezembro de 1980 numa amostra nacional de 1023 pessoas representativa da população francesa com mais de dezoito anos, verifica-se que 90 por cento dos adultos possuem um relógio de pulso; é de crer que a mesma proporção se registe noutros países comparáveis à França. Segundo dados tornados públicos pelo Centre d'information de l'horlogerie durante uma conferência de imprensa de 26 de Fevereiro de 1981 em França, venderam-se, em 1980, cerca de treze milhões de relógios de pulso, contra 12,4 milhões vendidos no ano anterior; no decurso do mesmo ano, a produção mundial rondava, segundo as estimativas, os 300 milhões de peças, entre as quais 170 milhões de relógios mecânicos e 130 milhões de relógios de quartzo. A isto se somam os numerosos calendários de parede e agendas de escritório e de bolso, que são igualmente instrumentos de medir e dar a conhecer o tempo, neste caso as datas diurnas, e teremos o *retrato-robot* duma sociedade dominada pelo tempo mensurável. Este último é a tal ponto omnipresente que só foi possível distinguir entre o tempo solar, religioso e político à custa dum artifício expositivo, isto é, fingindo esquecer que a duração das férias se exprime num certo número de dias, que as cerimónias religiosas se realizam segundo um horário, que os feriados oficiais são muitas vezes programados ao minuto, etc. Salvo casos excepcionais, o tempo qualitativo não é, na nossa sociedade, isolável do tempo quantitativo, a não ser mentalmente: na vida colectiva real, os dois tempos compenetram-se.

Tudo isto concerne sobretudo o presente. Mas o passado colectivo manifesta-se também sob as duas espécies: dá-se a ver, ler e imaginar através dos vestígios que dele restam: monumentos arquitectónicos e lugares, em particular escavações arqueológicas; armas, utensílios e objectos vários, sobretudo obras de arte, conservadas nas colecções e nos museus; documentos guardados nos arquivos; manuscritos e textos impressos recolhidos nas bibliotecas. E, mediante estes mesmos vestígios como mediante outros objectos que lhes podem ser assimilados e cujo número é praticamente ilimitado, o passado deixa-se estudar e medir. Temos, assim, por um lado, as descrições das épocas passadas, as narrativas que retratam os seus personagens e que nos fazem reviver as suas peripécias nos romances ou nos filmes históricos, ou que narram certos eventos tendo o cuidado de manter-se fiéis